



ASSEMBLEIA DO SINTSEF-CE COM TRABALHADORES(AS) DA EBSEH APROVA PROPOSTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Durante a tarde desta terça-feira, 22, o Sintsef-CE realizou uma assembleia geral dos trabalhadores e trabalhadoras da EBSEH para discutir os rumos da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2020/2021. É de conhecimento geral que a empresa negligenciou desde o início todas as propostas de acordo, retirando direitos e reduzindo salários dos trabalhadores e trabalhadoras. O caso foi levado ao Tribunal Superior do Trabalho.

Durante a assembleia, foi apresentada uma análise de conjuntura pelo coordenador geral do Sintsef-CE, Roberto Luque de Sousa, pelo coordenador jurídico José de Assis e pelo secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. Na ocasião, a representante dos empregados da EBSEH-CE e diretora do Sintsef-CE, Andrea de Sousa Quintela, discorreu acerca do histórico da negociação do ACT 2020/2021 desde a apresentação da proposta inicial dos empregados de 65 cláusulas até a rejeição da empresa e a contraproposta de retirar direitos dos trabalhadores. Em seguida, a assessoria jurídica do Sintsef-CE explanou sobre as consequências legais da aceitação ou não da proposta do Ministério Público do Trabalho de suspender as negociações e prorrogar o ACT 2020/2021 até 31 de janeiro de 2022.

Ao final, um total de 58 (votos) trabalhadores e trabalhadoras acessaram o link e votaram a favor da proposta do Ministério Público do Trabalho, tendo como resultado um total de 54 pessoas (93,1%) votando pelo SIM, 4 pessoas (6,9%) votando pelo NÃO e nenhuma abstenção. Ficou, portanto, aprovada em assembleia a prorrogação do Acordo Coletivo 2020/2021 até 31 de janeiro de 2022, com a condição do Abono do dia da greve (13/06) e a devolução dos valores do dia da greve dos empregados(as) que tiveram descontos nos seus contracheques, bem como o cumprimento do atual ACT na íntegra, garantindo aos empregados(as) o direito de usufruir a retirada do abono dos dois dias.

CONFIRA CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA

Começaram, na última quarta-feira (16), os trabalhos da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 que trata da reforma administrativa. O relator Arthur Maia (DEM-BA) propôs a realização de 12 audiências públicas sobre o tema.

Abaixo, segue ao cronograma com o Plano de Trabalho proposto:

- 22.06.2021** - Inovação na administração pública
- 29.06.2021** - Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela administração pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo de § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo de art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição).
- 30.06.2021** - Presença do ministro Paulo Guedes (data sugerida)
- 06.07.2021** - Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos
- 07.07.2021** - Regime jurídico dos militares das Forças Armadas e dos militares dos Estados e do Distrito Federal
- 13.07.2021** - Concurso público e vínculo de experiência
- 14.07.2021** - Condições para aquisição de estabilidade no serviço público
- 03.08.2021** - Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado
- 04.08.2021** - Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança
- 11.08.2021** - Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos
- 12.08.2021** - Regime próprio de previdência social
- 17.08.2021** - Situação dos empregados públicos na reforma
- 18.08.2021** - Efeitos da reforma sobre os atuais servidores federais, estaduais e municipais
- 19.08.2021** - Regulamentação da reforma